



## Repensando a harmonização curricular do ensino da língua portuguesa na província do Uíge-Angola: desafios e perspectivas

Rethinking curriculum harmonization for portuguese language teaching in Uíge province, Angola: challenges and perspectives

Eduardo David Ndombele<sup>1</sup>

**Resumo:** A presente investigação centra-se na problemática da harmonização curricular nas Instituições de Ensino Superior (IES) em Angola e no seu impacto na formação de professores no Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge (ISCED-Uíge). O estudo procura responder a três questões de partida: (1) O currículo de Ensino de Língua Portuguesa responde às necessidades dos alunos em contexto de Português como língua segunda? (2) Existe um quadro de referência e níveis de proficiência adequados para alunos bilingues? (3) O currículo em vigor permite a mobilidade dos estudantes para outras IES sem constrangimentos? Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e bibliográfica que analisa o Projecto Pedagógico do Curso de Ensino de Língua Portuguesa do ISCED-Uíge, com o objectivo de contribuir para o debate sobre harmonização curricular e a melhoria da formação docente em Angola. Os resultados evidenciam lacunas significativas na estrutura curricular, nomeadamente a ausência de referenciais de proficiência linguística, a fragilidade da prática pedagógica supervisionada e a desconformidade com os padrões do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR).

**Palavras-chave:** Harmonização curricular. Ensino superior. Língua portuguesa. Angola. QECR. Formação de professores.

**Abstract:** This study focuses on the issue of curricular harmonization in Higher Education Institutions (HEIs) in Angola and its impact on teacher training at the Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge (ISCED-Uíge). The research seeks to answer three key questions: (1) Does the Portuguese Language Teaching curriculum meet the needs of students in a Portuguese-as-a-second-language context? (2) Is there an appropriate reference framework and proficiency levels for bilingual students? (3) Does the current curriculum allow students to transfer to other HEIs without constraints? This is a qualitative and bibliographic study analysing the Pedagogical Project of the Portuguese Language Teaching Course at ISCED-Uíge, aiming to contribute to the debate on curricular harmonization and the improvement of teacher training in Angola. The results reveal significant gaps in the curricular structure, namely the absence of linguistic proficiency frameworks, the weakness of supervised pedagogical practice, and non-compliance with Common European Framework of Reference for Languages (CEFR) standards.

**Keywords:** Curricular harmonization. Higher education. Portuguese language. Angola. CEFR. Teacher training.

1. Professor do Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge, Pós-Doutor em Letras pela UBI. Email: eduardon-dombele422@gmail.com. Grupo de pesquisa: LAPDEA. [ORCID](#)

## Introdução

A harmonização curricular nas instituições de formação de professores em Angola reveste-se de grande importância, pois pode permitir, para além da comparabilidade dos cursos, a mobilidade discente e a definição de padrões curriculares reconhecidos a nível nacional e internacional. No caso do curso de Ensino de Língua Portuguesa, esta harmonização torna-se ainda mais premente dado o contexto multilingue e pluricultural do país.

A harmonização dos planos curriculares dos cursos de graduação não deve ser entendida como sinónimo de uniformidade, mas como o processo de ajustamento de um mesmo domínio científico a um perfil profissional a ser formado. Etimologicamente, o termo “currículo” tem como base o vocábulo latino *currere*, que significa caminho, jornada, trajectória ou percurso a seguir.

Na visão de Freitas *et al.* (2021), que citam Moreira (2007), o currículo é o “coração da escola”. Nesse prisma, o currículo pode ser considerado como a bússola que orienta o gestor e o professor no processo de ensino-aprendizagem. Ainda segundo Freitas *et al.* (2021), discutir currículo é discutir a sociedade em que os alunos estão inseridos. O ideal é que o currículo seja um elemento de resistência às formas de dominação política, económica e ideológica, possibilitando a emancipação humana e a desalienação.

No contexto político-administrativo, o currículo é tido como um projecto socioeducativo moldado pela administração central, tanto na forma de elaboração curricular (com a apresentação de projectos de escolarização), como na forma de prescrição curricular (com a apresentação de planos curriculares, de programas, de orientações metodológicas e de critérios de avaliação), existindo uma orientação clara do desenvolvimento curricular por parte do Estado, com a assunção de competências reguladoras (Afonso *et al.*, 2021).

Na perspectiva de Feliciano e Rolkouski (2016), o currículo é muito mais do que um rol de conteúdos; contempla também o quê e quando se deve ensinar determinados saberes. Os autores sustentam que existem quatro teorias de currículo com presença na escola: tradicionais, tecnicistas, críticas e pós-críticas. Na teoria tradicional, o foco era o professor; na tecnicista, o material didáctico ocupava papel de destaque; nas teorias críticas, o currículo é relacionado à estrutura social dominante; e nas teorias pós-críticas, o respeito às diferentes culturas ganha espaço central.

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental que incidiu sobre o Projecto Pedagógico do Curso de Ensino de Língua Portuguesa do ISCED-Uíge. Para além desta introdução, o estudo apresenta: o enquadramento do problema e os objectivos; um breve historial do ISCED-

-Uíge; o enquadramento departamental do curso; a análise do Projecto Pedagógico; a análise crítica da grelha curricular; a necessidade de diferentes abordagens; e, por fim, a conclusão e as referências bibliográficas.

A formação de professores de Língua Portuguesa no contexto angolano enfrenta desafios estruturais que decorrem, em parte, da ausência de uma harmonização curricular efectiva entre as IES. Angola é um país multilingue, onde o Português coexiste com diversas línguas nacionais de origem bantu, fazendo com que uma parte significativa dos estudantes chegue ao ensino superior tendo o Português como língua segunda ou adicional.

Neste cenário, coloca-se o seguinte problema central de investigação:

Em que medida o currículo do curso de Ensino de Língua Portuguesa do ISCED-Uíge responde às exigências de uma harmonização curricular que garanta a qualidade da formação docente, a mobilidade estudantil e a adequação ao contexto sociolinguístico angolano?

Deste problema decorrem três questões de partida que orientam o estudo:

- O currículo de Ensino de Língua Portuguesa responde às necessidades dos alunos em contexto de Português como língua segunda?
- Existe um quadro de referência e níveis de proficiência adequados para a formação de professores de língua portuguesa num contexto bilingue?
- O currículo em vigor permite a mobilidade dos estudantes para outras IES sem constrangimentos académicos?

Analisar o currículo do curso de Ensino de Língua Portuguesa do ISCED-Uíge, identificando as suas fragilidades e potencialidades face à harmonização curricular proposta para o Ensino Superior em Angola.

- Caracterizar o enquadramento teórico e institucional do processo de harmonização curricular no Ensino Superior angolano.
- Analisar o Projecto Pedagógico do Curso de Ensino de Língua Portuguesa do ISCED-Uíge à luz das boas práticas curriculares e do QECR.
- Identificar as lacunas curriculares existentes no que diz respeito à prática pedagógica supervisionada, aos referenciais de proficiência e à mobilidade estudantil.
- Propor reflexões que possam orientar a revisão e melhoria do currículo, no quadro da harmonização curricular em Angola.

Com base no problema e nos objectivos delineados, formulam-se as seguintes hipóteses:

- H1 O currículo do curso de Ensino de Língua Portuguesa do ISCED-Uíge não está adequado às necessidades sociolinguísticas dos estudantes angolanos, em particular daqueles que têm o Português como língua segunda.
- H2 Não existe, no plano curricular em vigor, um quadro de referência de proficiência linguística articulado com standards internacionais, nomeadamente o QECR, o que compromete a qualidade da formação docente.
- H3 O currículo actual do ISCED-Uíge não favorece a mobilidade dos estudantes entre IES angolanas, dada a falta de harmonização com planos curriculares de outras instituições.

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e documental. Conforme Gil (1999), a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de material já elaborado, como livros e artigos científicos, permitindo ao investigador uma cobertura ampla dos fenómenos estudados.

A recolha de dados incidiu sobre as seguintes fontes:

- Documentos institucionais do ISCED-Uíge, nomeadamente o Projecto Pedagógico do Curso (PPC) de Ensino de Língua Portuguesa e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2026 (ISCED-Uíge, 2016; 2017).
- Literatura científica nacional e internacional sobre harmonização curricular, formação de professores e ensino de língua segunda, incluindo Afonso *et al.* (2021), Almeida (2012), Cani e Santiago (2018), Feliciano e Rolkouski (2016) e Freitas *et al.* (2021).
- O Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR), do Conselho da Europa (2001; 2017), enquanto instrumento de referência internacional para o ensino, aprendizagem e avaliação de línguas.

A análise foi conduzida de forma crítica e reflexiva, confrontando o plano curricular em vigor com os pressupostos teóricos da literatura e com os padrões de qualidade preconizados para o ensino superior angolano e para a comunidade lusófona. A abordagem é essencialmente qualitativa-interpretativa, sem recurso a instrumentos quantitativos. A principal limitação do estudo prende-se com a análise exclusivamente documental, não tendo sido realizadas entrevistas ou observações directas em contexto de sala de aula, o que constitui uma linha de investigação futura relevante.

## Breve Historial do ISCED-Uíge e o Processo de Redimensionamento Curricular

O Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED) foi criado no âmbito do redimensionamento da Universidade Agostinho Neto, com sede na cidade do Uíge. Tem como objecto social a formação de professores nos graus de Licenciatura, Especialização, Mestrado e Doutoramento em Ciências de Educação (PDI, 2017).

O ISCED-Uíge desenvolve as suas actividades académicas desde 1997, nas instalações da ex-Escola do III Nível Hoji-Ya-Henda, propriedade do Governo Provincial do Uíge, compreendendo uma capacidade instalada de 29 salas de aulas e 4 laboratórios, com capacidade para absorver 1.390 estudantes por turno. Localiza-se na Rua do Café, n.º 54, Bairro Kaquiuiua, cidade capital da Província do Uíge.

A instituição arrancou no ano académico de 1997/98 com apenas dois cursos Ensino de Psicologia e Ensino de Pedagogia e foi progressivamente ampliando a sua oferta formativa. Em 2006/2007 foram activados mais quatro cursos, incluindo o de Ensino da Língua Portuguesa. O ISCED-Uíge chegou a ministrar um total de quinze (15) cursos de Licenciatura, distribuídos em dois períodos diurno e pós-laboral com duração de quatro anos lectivos, contemplando as seguintes formações: Ensino Primário, Ensino Pré-Escolar, Ensino Especial, Ensino de História, Ensino de Língua Portuguesa, Ensino de Língua Inglesa, Ensino de Língua Francesa, Ensino de Biologia, Ensino de Geografia, Ensino de Matemática, Ensino de Física, Ensino de Química, Ensino de Psicologia, Ensino de Pedagogia e Ensino de Filosofia (ISCED-Uíge, 2017).

Contudo, no âmbito do processo de redimensionamento da oferta formativa do Ensino Superior em Angola que afectou vários ISCEDs do país, os cursos de Pedagogia, Psicologia e Filosofia foram descontinuados no ISCED-Uíge. Este redimensionamento, promovido pelo Ministério do Ensino Superior, resultou na extinção destes cursos, considerados de menor procura ou com sobreposição de oferta a nível nacional.

O Curso de Ensino de Língua Portuguesa integra o Departamento de Ensino e Investigação de Letras Modernas do ISCED-Uíge. Este Departamento agrega, para além do curso de Língua Portuguesa, os cursos de Ensino de Língua Francesa e de Ensino de Língua Inglesa. Há aproximadamente três anos, o departamento foi objecto de uma fusão institucional com o curso de Ensino de História, passando a denominar-se Departamento de Ensino e Investigação de Letras Modernas e Ciências Sociais.

A fusão do Departamento de Letras Modernas com o curso de Ensino de História, embora possa ser justificada por razões de racionalização administrativa e de optimização de recursos humanos e materiais, levanta questões de ordem epistemológica e pedagógica relevantes. Do ponto de vista científico, as áreas

de Letras Modernas (centradas na linguística, literatura e didáctica de línguas) e as Ciências Sociais (centradas na história, na geografia e nas ciências humanas) possuem metodologias de investigação, referenciais teóricos e culturas académicas bastante distintas. A coabitação forçada sob uma mesma estrutura departamental pode gerar tensões na definição de prioridades de investigação, na alocação de recursos e na coerência da identidade académica do departamento. Seria desejável que esta fusão fosse acompanhada de uma revisão dos instrumentos de gestão do departamento nomeadamente o plano de actividades, os regulamentos internos e as linhas de investigação de modo a garantir que cada área mantém a sua especificidade científica e que a fusão se traduz em sinergias reais e não apenas numa solução de conveniência administrativa.

No que respeita ao corpo docente, o Curso de Ensino de Língua Portuguesa conta com um número assinalável de professores com o grau de Doutor. De facto, é dos cursos do ISCED-Uíge com maior densidade de Doutores, contando actualmente com seis (6) docentes doutorados, o que representa um indicador positivo em termos de qualificação académica do corpo docente.

A presença de seis docentes Doutorados num único curso representa, sem dúvida, um activo valioso para o ISCED-Uíge e para o sistema de ensino superior angolano. Contudo, é preocupante constatar que este potencial científico não se tem traduzido numa produção académica e investigativa correspondente. A fraca produção científica visível em termos de artigos publicados em revistas indexadas, capítulos de livros, comunicações em congressos ou projectos de investigação financiados poderá explicar-se por múltiplos factores: as limitações financeiras do sistema de ensino superior angolano, que não assegura de forma sistemática o financiamento à investigação; as pesadas cargas lectivas que recaem sobre os docentes, muitas vezes sem tempo protegido para a investigação; as dificuldades de acesso a bases de dados científicas e a bibliotecas actualizadas; e, eventualmente, a ausência de uma cultura institucional de avaliação e incentivo à produção científica. Esta situação exige uma resposta urgente por parte da direcção do ISCED-Uíge e das autoridades de tutela: a criação de incentivos à publicação, a redução de cargas lectivas para docentes com projectos de investigação activos, o estabelecimento de parcerias com universidades estrangeiras e a candidatura a programas de financiamento da investigação no espaço lusófono são medidas concretas que poderiam inverter esta tendência. Um corpo docente qualificado que não investiga empobrece a própria formação que ministra, pois o ensino superior de qualidade assenta indissociavelmente na unidade entre ensino e investigação.

## Projecto Pedagógico do Curso de Ensino da Língua Portuguesa

O Projecto Pedagógico do Curso (PPC) representa o instrumento de materialização das políticas educativas de uma instituição, no que diz respeito à sua organização e gestão do processo de ensino-aprendizagem. O Curso de Ensino de Língua Portuguesa foi criado no limiar do ano 2000 e começou a funcionar efectivamente no ano académico de 2006/2007, com o seguinte objectivo programático:

Formar professores de Língua Portuguesa para o subsistema de ensino geral, de ensino técnico-profissional, de formação de professores e de educação de adultos, proporcionando-lhes princípios e fundamentos didácticos para um ensino de qualidade em Português como Língua Materna ou Adicional (ISCED-Uíge, 2016).

O curso funciona com dez (10) docentes dos quais seis (6) são doutores, três (3) são mestres e um (1) é licenciado na modalidade presencial, conferindo o grau de Licenciatura em Ciências de Educação (opção de Ensino de Língua Portuguesa). A carga horária mínima para a integralização do curso é de 2.400 horas (160 créditos), distribuídas em 8 semestres. Anualmente são oferecidas 50 vagas no período diurno e 60 vagas no período pós-laboral, com ingresso sujeito a uma média mínima de 12 valores, nos termos das exigências estabelecidas pelo Ministério do Ensino Superior (ISCED-Uíge, 2016).

## A Fragilidade da Prática Pedagógica

Um dos aspectos mais críticos do Projecto Pedagógico do Curso reside na forma como a Prática Pedagógica está estruturada. De acordo com o plano curricular em vigor, a componente de prática só emerge formalmente no 3.º ano (Prática Pedagógica I) e no 4.º ano (Prática Pedagógica II), não existindo qualquer articulação progressiva com as escolas de aplicação ao longo dos anos anteriores do curso (ISCED-Uíge, 2016).

Esta arquitectura curricular é profundamente insatisfatória do ponto de vista da formação profissional de professores. Concentrar toda a prática pedagógica nas fases finais do curso – sem escolas de estágio permanentes, sem convénios formais com o Gabinete Provincial de Educação do Uíge e sem supervisão pedagógica estruturada significa que o estudante-professor chega ao mercado de trabalho tendo dado, na melhor das hipóteses, uma ou duas aulas em condições simuladas ou em salas emprestadas. Não é possível formar um professor competente com base em aulas simuladas, realizadas em condições artificiais, sem uma imersão real e progressiva no contexto de sala de aula. A formação de professores exige, por natureza, uma relação continuada e supervisionada com o ambiente escolar real com alunos reais, com os

seus desafios, com a diversidade linguística e sociocultural das turmas angolanas. A ausência de escolas de aplicação permanentes é uma lacuna estrutural gravíssima que compromete directamente a profissionalização dos formandos e que se reflecte, inevitavelmente, na qualidade do ensino nos níveis subsequentes do sistema educativo angolano. O facto de os resultados dos concursos públicos para admissão de novos agentes de educação evidenciarem frequentemente fragilidades nos candidatos formados pelo ISCED é, em grande medida, o reflexo desta precariedade da componente prática da formação. A solução passa necessariamente pela criação de escolas de aplicação vinculadas ao ISCED, pelo estabelecimento de protocolos formais com as escolas do ensino geral da Província do Uíge e pela reformulação da Prática Pedagógica como um estágio supervisionado progressivo, com início no 2.º ano e com um semestre de imersão plena no 4.º ano – modelo que tem demonstrado resultados positivos em diversas instituições de formação de professores no espaço lusófono.

### **Análise Crítica da Grelha Curricular**

As competências propostas para a formação do licenciado em Ensino de Língua Portuguesa visam a formação de um profissional que responda aos anseios das comunidades. Na configuração do currículo, o curso encontra-se estruturado em três principais áreas – Área Científica Principal, Área Pedagógica e Área Complementar – distribuídas ao longo dos quatro anos, conforme se apresenta na Tabela 1.

**Tabela 1** – Plano Curricular do Curso de Ensino de Língua Portuguesa (ISCED-Uíge)

<b>ÁREA CIENTÍFICA PRINCIPAL – 1.º Ano</b>	
Técnicas de Expressão em Língua Portuguesa	Introdução aos Estudos Literários
Introdução aos Estudos Linguísticos	Língua Portuguesa
<b>ÁREA PEDAGÓGICA – 1.º Ano</b>	
Pedagogia Geral	Sociologia Geral
Psicologia Geral	Psicologia do Desenvolvimento
Sociologia da Educação	Didáctica Geral
<b>ÁREA COMPLEMENTAR – 1.º Ano</b>	
Metodologia de Investigação Científica	Língua Estrangeira I
Informática	
<b>ÁREA CIENTÍFICA PRINCIPAL – 2.º Ano</b>	
Fonética e Fonologia	Linguística Bantu
Morfologia e Sintaxe	Sociolinguística
Psicolinguística	Técnicas de Análise Textual
Literatura Africana de Expressão Portuguesa	História da Língua Portuguesa

<b>ÁREA PEDAGÓGICA – 2.º Ano</b>	
Didáctica de Língua Portuguesa I	Psicologia Pedagógica
<b>ÁREA COMPLEMENTAR – 2.º Ano</b>	
Língua Estrangeira II	Estatística Aplicada à Educação
<b>ÁREA CIENTÍFICA PRINCIPAL – 3.º Ano</b>	
Literatura Portuguesa e Brasileira	Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa
<b>ÁREA PEDAGÓGICA – 3.º Ano</b>	
Prática Pedagógica I	Didáctica de Português II
Gestão e Inspeção da Educação	Tecnologias de Ensino de Línguas e Educativas
Desenvolvimento Curricular	
<b>ÁREA COMPLEMENTAR – 3.º Ano</b>	
Seminário sobre Trabalho de Fim do Curso	
<b>ÁREA PRINCIPAL – 4.º Ano</b>	
Prática Pedagógica II	Seminário sobre Trabalho de Fim do Curso
<b>ÁREA PEDAGÓGICA – 4.º Ano</b>	
Apresentação do Trabalho de Fim do Curso	

Fonte: ISCED-Uíge (2016). Projecto Pedagógico do Curso de Ensino da Língua Portuguesa.

Analisando o plano curricular, nota-se que foram efectuados ajustes há relativamente poucos anos, o que coloca em questionamento a coerência do processo de harmonização pretendido. Foram retiradas unidades curriculares como Filosofia de Linguagem, Literatura Angolana, Literatura Brasileira e Teoria da Literatura, tendo sido acrescentada a disciplina de Didáctica de Português II no 3.º ano. A Fonética e Fonologia passou de unidade semestral a anual; as Literaturas foram fundidas e redistribuídas pelos anos; e a unidade de Língua Nacional Kikongo saiu do 4.º ano para se manter apenas como unidade anual no 3.º ano.

Observando o plano curricular, identificam-se os seguintes vazios que comprometem a formação de um bom profissional em Ensino de Língua Portuguesa:

- Ausência de unidades relativas à Análise do Discurso e à Semiótica, eixos fundamentais para a construção de sentidos na utilização da língua.
- Inexistência de uma disciplina de Produção de Textos autónoma, que permita o desenvolvimento sistemático dos processos de escrita e da diversidade de géneros textuais.
- Falta de actividades complementares de carácter académico, científico e cultural (participação em congressos, publicação de artigos, projectos de extensão universitária).
- Ausência de disciplinas de laboratório com componente prática estruturada e de estágio curricular supervisionado.

- Inexistência de descritores de proficiência linguística alinhados com referências internacionais como o QECR.

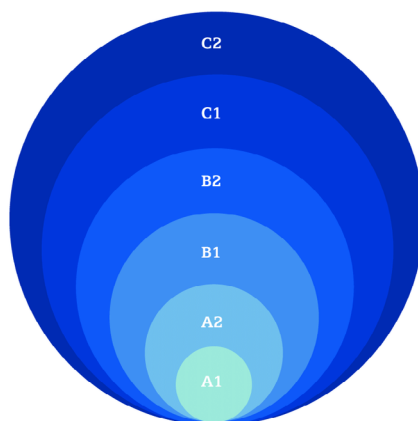
O ensino e a aprendizagem de uma língua implicam o desenvolvimento de competências complexas. Almeida (2012) sustenta que o Professor de Ensino de Língua Portuguesa em Contexto Multilíngue deve ser detentor de competências gerais Conhecimento Declarativo, Competência de Realização, Competência Existencial e Competência de Aprendizagem e de competência comunicativa, que abrange as dimensões linguística, sociolinguística, pragmática, social, cultural e intercultural. O currículo actual do ISCED-Uíge não garante, de forma sistemática, o desenvolvimento de todas estas dimensões.

Necessidade de Diferentes Abordagens no Currículo de Língua Portuguesa

Os currículos de Ensino de Língua Portuguesa das IES angolanas não contemplam as abordagens definidas no Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR). Os objectivos expressos naquele documento incluem: promover o plurilinguismo e a diversificação na escolha das línguas no currículo; apoiar o desenvolvimento do perfil plurilíngue dos alunos; desenvolver e rever o conteúdo dos currículos de línguas com descritores adaptados à idade e às necessidades dos aprendentes; conceber material didáctico; apoiar a formação de professores; e melhorar a qualidade da aprendizagem, ensino e avaliação (Conselho da Europa, 2017).

Como lembram Cani e Santiago (2018), o QECR é resultado de um trabalho iniciado em 1991 por representantes da União Europeia, com a participação de membros do Canadá e dos Estados Unidos. A sua publicação data de 2001, com uma versão revista em 2018, e fornece uma base comum para a elaboração de material didáctico, programas de cursos de línguas e exames de proficiência, através de descritores que medem e avaliam o nível de proficiência dos aprendentes. As competências são divididas em seis níveis do utilizador iniciante (A1) ao utilizador proficiente (C2), orientando a classificação das competências dos aprendentes.

Figura 1 – Níveis de Proficiência do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR).



Fonte: Conselho da Europa (2018).

O utilizador básico, no nível A1, é capaz de compreender e usar expressões familiares e quotidianas, assim como enunciados muito simples que visam satisfazer necessidades concretas. No nível A2, é capaz de compreender frases e expressões frequentes relacionadas com áreas de prioridade imediata, comunicando em tarefas simples e rotineiras que exigem apenas uma troca directa de informação.

O utilizador independente, no nível B1, é capaz de compreender as questões principais quando é usada uma linguagem clara e estandardizada e os assuntos lhe são familiares; no nível B2, é capaz de compreender as ideias principais em textos complexos sobre assuntos concretos e abstractos, incluindo discussões técnicas na sua área de especialidade.

O utilizador proficiente, no nível C1, é capaz de compreender um vasto número de textos longos e exigentes, reconhecendo os seus significados implícitos, e de se exprimir de forma fluente e espontânea para fins sociais, académicos e profissionais. No nível C2, é capaz de compreender, sem esforço, praticamente tudo o que ouve ou lê, resumindo informações recolhidas em diversas fontes de forma coerente (Conselho da Europa, 2001).

A integração dos descritores do QECR no currículo do ISCED-Uíge permitiria tornar mais transparente o processo de avaliação das competências linguísticas dos formandos, facilitaria a mobilidade académica e o reconhecimento de qualificações a nível nacional e internacional respondendo directamente às questões de partida levantadas neste estudo.

## Conclusão

O presente estudo permitiu analisar o plano curricular do curso de Ensino de Língua Portuguesa no ISCED-Uíge, confrontando-o com as exigências de harmonização curricular e com os padrões internacionais do QECR. Os resultados obtidos permitem responder às hipóteses e questões de partida formuladas.

Em relação à H1, os dados confirmam que o currículo do ISCED-Uíge não está adequado às necessidades sociolinguísticas dos estudantes angolanos, em particular daqueles que têm o Português como língua segunda. O plano curricular não contempla estratégias específicas para o ensino em contextos de multilinguismo, nem abordagens orientadas para o Português como Língua Não Materna, o que limita a qualidade da formação docente. Esta fragilidade manifesta-se, entre outros, no recurso à transferência linguística por parte dos alunos, que utilizam estruturas da sua língua materna bantu para suprir lacunas no Português.

Relativamente à H2, verificou-se que não existe, no plano curricular em vigor, um quadro de referência de proficiência linguística articulado com standards internacionais. A ausência de descritores inspirados no QECR constitui uma

lacuna grave, que compromete a coerência da avaliação das competências dos formandos e a sua preparação para um ensino de qualidade num contexto bilingue.

Quanto à H3, o estudo evidencia que o currículo actual não favorece a mobilidade dos estudantes entre IES angolanas. As reformas curriculares parcelares realizadas nos últimos anos, sem visão de conjunto e sem alinhamento com os planos de outras IES, agravam a fragmentação e a falta de harmonização que se pretende superar.

No que respeita à dimensão institucional, o processo de redimensionamento da oferta formativa com a extinção dos cursos de Pedagogia, Psicologia e Filosofia e a fusão departamental com as Ciências Sociais impõem uma reflexão crítica sobre a identidade e missão do ISCED-Uíge. O potencial científico representado pelo elevado número de docentes doutores no curso de Língua Portuguesa permanece subaproveitado, na ausência de condições institucionais e financeiras que estimulem a investigação e a publicação científica.

A fragilidade da Prática Pedagógica reduzida a aulas simuladas, sem escolas de estágio permanentes e sem convénios formais com o Gabinete Provincial de Educação representa o principal obstáculo à profissionalização efectiva dos formandos. Não é possível formar professores competentes sem uma imersão real, progressiva e supervisionada no contexto escolar.

Em suma, a harmonização curricular no ISCED-Uíge exige uma abordagem sistémica: revisão dos planos curriculares com adopção de referenciais internacionais de qualidade (QEQR), valorização da prática pedagógica supervisionada através de escolas de aplicação, criação de condições para a investigação científica do corpo docente e respeito pela diversidade linguística e cultural do contexto angolano. Só assim será possível formar professores de Língua Portuguesa à altura dos desafios contemporâneos do país.

## Referências

AFONSO, Tavares. *et al.* (2021). **Currículo e desenvolvimento curricular**. Benguela: ISCED-Benguela.

ALMEIDA, Costa. (2012). **Retrato do professor de línguas: contributos para a sua caracterização**. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

CANI, Joseane e SANTIAGO, Myriam. (2018). O papel do Quadro Comum Europeu de Referência para Idiomas (QCER) na internacionalização das IES: uma análise sob a perspectiva do letramento crítico e dos multiletramentos. **Revista Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, 57(2), 1164-1188.

CONSELHO DA EUROPA (2001). **Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas: aprendizagem, ensino, avaliação**. Porto: Edições Asa.

CONSELHO DA EUROPA (2017). **Common European Framework of Reference for Languages: Learning, Teaching, Assessment – Companion Volume**. Estrasburgo: Council of Europe Publishing.

FELICIANO, M. e ROLKOUSKI, Emerson. (2016). Currículo prescrito e currículo em ação: o que justifica as diferenças? *In: Anais do XII Encontro Nacional de Educação Matemática na Contemporaneidade: desafios e possibilidades*. São Paulo.

FREITAS, Pinto. *et al.* (2021). A construção do currículo e os desafios da escola na sociedade contemporânea. **Revista Educação Pública**, v. 21, n.º 17, 11 de Maio de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/17/a-construcao-do-curriculo-e-os-desafios-da-escola-na-sociedade-contemporanea>. Acesso em: [data de consulta].

GIL, Carlos (1999). **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas.

ISCED-UÍGE (2016). **Projecto Pedagógico do Curso (PPC) do Ensino da Língua Portuguesa**. Uíge: ISCED-Uíge.

ISCED-UÍGE (2017). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2026**. Uíge: ISCED-Uíge.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. (2007). A importância do currículo na formação do professor. *In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino*. Recife: UFPE. [citado em Freitas *et al.*, 2021].